

FOGO AMIGO

Protagonista de embates, Marina sofre derrotas em série com o aval do Planalto

GUILHERME CAETANO, CAMILA TURTELLI, JENIFFER GULARTE E GERALDA DOCA
@globo.com.br
@sionia@globo.com.br

Escolhida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para sinalizar à comunidade internacional o compromisso com uma gestão sustentável e a defesa do clima, a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) enfrenta uma série de embates com colegas de governo, personagens do Congresso e aliados de seu próprio partido, a Rede. Ontem, ela sofreu três derrotas no Congresso, todas avalizadas pelo próprio Palácio do Planalto. Na mais simbólica delas, uma comissão aprovou relatório que esvazia a pasta da ambientalista. A ministra reagiu afirmando que a medida vai "fechar portas" para a gestão Lula. Além disso, ela entrou em rota de colisão com Alexandre Silveira (titular de Minas e Energia), a Petrobras e parlamentares da Região Norte ao travar a exploração de petróleo na região da foz do Rio Amazonas.

Com a anuência do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, comissão de deputados e senadores aprovou relatório da medida provisória da reestruturação dos ministérios no qual algumas pastas foram enfraquecidas. A do Meio Ambiente, chefiada por Marina, perdeu a gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o Ministério da Gestão, assim como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para o Desenvolvimento Regional. A dos Povos Indígenas, comandado por Sonia Guajajara, deixou de gerir a demarcação das terras indígenas, a cargo da Justiça. O relatório ainda precisa ser votado pelos plenários da Câmara e do Senado.

"FRUSTRAÇÃO" COM LULA
Em outra frente, a Câmara rejeitou emendas propostas pelo Senado na MP que altera a Lei da Mata Atlântica. Com isso, volta a valer o texto que afrouxa as regras para desmatamento de áreas protegidas. O governo orientou a base a votar pela flexibilização. A matéria vai para a sanção do presidente da República. Além disso, o Planalto liberou os deputados na votação da urgência do projeto que estabelece o marco temporal para demarcação de terras indígenas. A urgência da proposta, que contraria Marina e a esquerda, foi aprovada. Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, dei-



Trincheira. Marina sofreu três derrotas ontem no Congresso, trava queda de braço com a Petrobras e foi derrotada em disputa pelo comando de seu partido, a Rede

xou claro nível de insatisfação ao falar em "certa frustração" com Lula.

— Não posso negar que há, sim, uma certa frustração. (...) Acho que o presidente Lula poderia ter entrado um pouquinho mais para impedir essa retirada do Ministério dos Povos Indígenas — disse Guajajara à GloboNews.

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, também lamentou os movimentos que atingiram Marina e Guajajara: "Muito ruim que a comissão mista que analisa a MP da reestruturação do governo tenha aprovado relatório que esvazia Ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas", escreveu nas redes sociais.

O parecer do relator, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), que esvaziou os ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, teve o endosso do governo. Como essa MP é válida só até 1º de junho, havia risco de que mais atrasos fizessem a norma perder o efeito, obrigando a retomada da estrutura deixada por Jair Bolsonaro.

Alexandre Padilha e o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) se reuniram em momentos diferentes com Bulhões, antes da votação do relatório, e entraram em acordo sobre o texto. Na prática, cederam nos tópicos que atingiram Marina.

O QUE ESTÁ EM JOGO

Parecer aprovado ontem em comissão da Câmara esvazia o Ministério do Meio Ambiente

Cadastro Ambiental Rural (CAR)
Foi transferido para o Ministério da Gestão. É um registro obrigatório para todos os imóveis rurais com informações úteis para o monitoramento e combate ao desmatamento.

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)
Os sistemas de saneamento básico, resíduos sólidos e recursos hídricos vão para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Entre as funções da agência estão a regulação dos serviços públicos de irrigação e a fiscalização da segurança de barragens.

Ibama e Petrobras travam queda de braço sobre a exploração de petróleo na região da foz do Rio Amazonas

O órgão não concedeu licença para a estatal perfurar um poço para estudar a viabilidade do empreendimento. A Petrobras terá de aprofundar os estudos de risco ambiental. O Ministério de Minas e Energia e senadores da Região Norte pressionam para que a decisão do Ibama seja revertida.

Para integrantes da base, o Planalto demorou para se organizar e pressionou pouco o relator para que o texto fosse conhecido com mais antecedência. O "abandono" de Marina acontece em meio a conflitos entre ela, Randolfe e lideranças do Congresso. Em declaração que acirra ainda mais o clima com a bancada ruralista, Marina criti-

EMBATES DO PASSADO

Plano Amazônia Sustentável
A interferência do ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, na área de meio ambiente foi o estopim para a saída de Marina Silva do governo, em 2008. O presidente Lula deu a Mangabeira a coordenação do Plano Amazônia Sustentável (PAS), que reunia uma série de ações na região.

Belo Monte
Em 2007, o Ibama negou a licença para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em razão do risco para uma espécie de bagre. A licença prévia foi concedida pelo sucessor de Marina no governo Lula, Carlos Minc.

Plantio de cana
Marina e o então ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, divergiram, no segundo mandato de Lula, sobre a autorização para plantio de cana-de-açúcar no Pantanal e na Amazônia.

Editoria de Arte

manti da tal qual foi planejada pelo presidente".

A titular do Meio Ambiente criticou o iminente esvaziamento de sua pasta e disse que a credibilidade de Lula não será o suficiente para garantir a boa imagem ambiental do país no exterior:

— Isso vai fechar todas as nossas portas — disse Marina à Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

Ela estava acompanhada do presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho. O órgão foi o responsável pelo veto à licença para a Petrobras perfurar um poço para estudar a viabilidade da exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas.

Em uma indireta a Marina, o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) subiu o tom ao afirmar que o país não precisa de outra marca na área ambiental, além de Lula:

— O embaixador do meio ambiente do Brasil, reconhecido mundialmente, é o presidente Lula. E a gente não precisa de outro.

OUTROS TROPEÇOS

A ministra do Meio Ambiente também enfrenta crises em seu próprio partido. Na semana passada, Randolfe Rodrigues, único representante da Rede no Senado, anunciou sua saída da sigla em meio a desentendimentos com Marina. Fundadora da sigla, ela perdeu disputa em abril com a ex-senadora Heloisa Helena pelo comando da Rede.

Marina operou uma volta por cima na política no último ano, quando se reaproximou de Lula, após uma década e meia de cisão, para derrotar Jair Bolsonaro nas eleições. Mas agora recruta cabos de guerra que remetem aos episódios que a levaram a deixar a segunda gestão de Lula, em maio de 2008, deixar o PT posteriormente.

Naquele ano, a interferência do ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, na área de meio ambiente, com o aval de Lula, foi o estopim para a saída de Marina. Marina já havia sofrido desgaste ao negar licença para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em razão do risco para uma espécie de bagre.

Quinze anos depois, porém, houve mudanças significativas no cenário político. Com o intuito de se contrapor a Bolsonaro, a agenda ambiental teve um peso maior na campanha de Lula em 2022.

RETROCESSO AMBIENTAL E RECURSO DA PETROBRAS NAS PÁGINAS 12 E 17

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4